



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 02 de fevereiro de 2026.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 08/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ID: 107.301 - 0000142.11.02-2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, por meio da **Seção de Licitações**, realizará **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por **dispensa de licitação**, com fundamento nos **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, conforme as condições estabelecidas neste Aviso e em seus anexos.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

A presente contratação direta tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para a realização de curso presencial de capacitação em Primeiros Socorros**, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 - Lei Lucas, destinado aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, com emissão de certificados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTO LEGAL

Art. 75 da Lei Nº 14.133. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025, Art. 75, caput, inciso II - R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela obrigatoriedade legal imposta pela Lei Federal nº 13.722/2018 (Lei Lucas), que exige a capacitação em primeiros socorros dos profissionais da educação básica. Considerando a atuação direta dos servidores no atendimento a crianças e adolescentes, torna-se necessária a formação adequada para resposta segura e eficaz em situações de emergência. Diante da inexistência de equipe técnica própria habilitada, faz-se necessária a contratação de empresa especializada, garantindo a qualidade do serviço, o cumprimento da legislação e a promoção de um ambiente escolar mais seguro.

4. VALOR ESTIMADO E EMPRESA PROPONENTE

O valor total estimado da contratação direta é de **R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)**, conforme Termo de Referência e cotação apresentada, assim discriminado:

Fornecedor:

PEREIRA SERVICOS DE SAUDE LTDA - LACUS MED

CNPJ nº 30.711.356/0001-02

Endereço: R Jose de Mendes Filho, nº 4045, Bairro: Jardim Alvorada – Cacoal – RO





5. ENTREGA E EXECUÇÃO

A execução dos serviços ocorrerá conforme o **cronograma, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência**, que integra o presente Aviso.

6. HABILITAÇÃO

Para fins de contratação, serão exigidos do fornecedor os **documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica**, previstos nos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021**, conforme disposto no Termo de Referência.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a **ratificação da contratação direta pela autoridade competente**, será formalizado **Termo de Contrato** ou emitido **instrumento equivalente**, conforme o caso.

7.2. O fornecedor contratado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.3. A Administração poderá encaminhar o contrato ou instrumento equivalente por meio eletrônico ou sistema de processo eletrônico, para assinatura e devolução dentro do prazo estipulado.

7.4. O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente implica o reconhecimento de que:

- a) tal instrumento substitui o contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- b) o contratado se vincula à sua proposta e às disposições deste Aviso e de seus anexos;
- c) aplicam-se as hipóteses de rescisão previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. O prazo de vigência da contratação será aquele definido no Termo de Referência.

7.6. A comprovação das condições de habilitação deverá ser mantida durante toda a vigência da contratação.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. É de responsabilidade do fornecedor acompanhar as comunicações e atos praticados pela Administração no âmbito desta contratação direta.

8.2. Em caso de divergência entre este Aviso e seus anexos, prevalecerão as disposições deste Aviso.

8.3. Integram o presente Aviso de Contratação Direta, para todos os fins, os seguintes anexos:

- **Anexo I – Termo de Referência;**
- **Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;**
- **Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.**

Alto Alegre dos Parecis – RO, 02 de fevereiro de 2026.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Denair Pedro Da Silva
Prefeito Municipal





Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n.º 14.133/2021).

Contratação de empresa especializada para a realização de curso presencial de capacitação em Primeiros Socorros, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 - Lei Lucas, destinado aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, com emissão de certificados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

A demanda decorre da necessidade de atender ao disposto na Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas), que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e demais profissionais que atuam em estabelecimentos de ensino da educação básica. O ETP, portanto, constitui etapa essencial do planejamento da contratação, assegurando que a solução a ser adotada seja adequada, eficiente e alinhada ao interesse público.

| Item | Especificações | Unid. | Valor Unitário | Qt. | Valor Total |
|------|---|-------|----------------|-----|---------------|
| 1. | Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação presencial em Primeiros Socorros, destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, contemplando treinamento teórico e prático, com emissão de certificados, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas) e demais normas aplicáveis. | Horas | R\$ 5.040,00 | 10 | R\$ 50.400,00 |

1.1. A execução contratual observará as seguintes condições gerais:

- I. Prestação dos serviços conforme plano de trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Educação;
- II. Observância às diretrizes pedagógicas, normas internas e orientações técnicas da SEMEC;
- III. Cumprimento do cronograma de execução pactuado, compatível com o calendário escolar;
- IV. Disponibilização de equipe técnica qualificada e devidamente habilitada;
- V. Entrega de relatórios, registros e demais produtos técnicos previstos no contrato;
- VI. Observância integral à legislação vigente aplicável, em especial à Lei n.º 14.133/2021.

1.2. A fiscalização da execução contratual será exercida pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, competindo-lhe





Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

acompanhar, monitorar, registrar e avaliar a execução dos serviços, atestando o cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo da responsabilidade da contratada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os serviços objeto desta contratação não se enquadram como bem de luxo, nos termos do Decreto n.º 372/2023, de 11 de dezembro de 2023, uma vez que se tratam de serviços essenciais à implementação e ao fortalecimento das políticas públicas educacionais, sem características supérfluas ou de ostentação.

1.4. A prestação dos serviços não se caracteriza como serviço continuado, tratando-se de capacitação pontual e específica em Primeiros Socorros, destinada ao atendimento de exigência legal prevista na Lei Federal nº 13.722/2018 (Lei Lucas). A execução ocorrerá de forma delimitada no tempo, sem necessidade de assessoramento permanente ou prestação contínua, não havendo prejuízo à regularidade das atividades administrativas após a conclusão do treinamento.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

A Secretaria Municipal de Educação possui a necessidade de promover a capacitação presencial em Primeiros Socorros dos servidores que atuam nas unidades educacionais, em razão da obrigatoriedade legal instituída pela Lei Federal n.º 13.722/2018 – Lei Lucas, a qual determina que professores e demais profissionais da educação básica sejam capacitados para prestar os primeiros atendimentos em situações de urgência e emergência no ambiente escolar.

Os servidores da rede municipal de ensino exercem atividades diretamente relacionadas ao cuidado, acompanhamento e supervisão de crianças e adolescentes, estando sujeitos à ocorrência de acidentes como engasgamentos, quedas, convulsões, paradas cardiorrespiratórias e outras intercorrências que exigem resposta imediata. A ausência de capacitação específica e atualizada pode comprometer a segurança dos alunos, ampliar riscos à vida e à integridade física, além de expor a Administração Pública a responsabilidades legais e institucionais.

A Administração não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais habilitados para ministrar treinamento técnico especializado em primeiros socorros, com metodologia adequada, conteúdo compatível com as normas vigentes e emissão de certificação válida, o que inviabiliza a execução direta do objeto. Dessa forma, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada, apta a realizar a capacitação presencial, com carga horária total de 10 (dez) horas, assegurando a efetividade do aprendizado, a padronização dos procedimentos de emergência e o cumprimento da legislação aplicável.

A contratação pretendida atende ao interesse público, contribui para a prevenção de danos, fortalece a segurança no ambiente escolar e está alinhada às diretrizes da gestão de riscos, da eficiência administrativa e da proteção integral à criança e ao adolescente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

Após a realização do levantamento de mercado e da análise comparativa entre as alternativas disponíveis, concluiu-se que a solução mais vantajosa para a Administração





Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

consiste na contratação de empresa especializada para a realização de capacitação presencial em Primeiros Socorros, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 – Lei Lucas, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

A solução compreende a execução de curso presencial, com carga horária compatível com as exigências legais, estruturado em conteúdos teóricos e práticos, voltados à prevenção de riscos e ao atendimento inicial em situações de emergência no ambiente escolar. A capacitação deverá ser ministrada por instrutores devidamente qualificados, com experiência na área da saúde e em treinamentos voltados à educação básica, assegurando a correta transmissão dos conhecimentos e a efetividade do aprendizado.

A prestação do serviço abrange todas as etapas necessárias ao seu adequado funcionamento, incluindo planejamento pedagógico, disponibilização de instrutores, materiais didáticos e recursos necessários à realização das atividades práticas, bem como a emissão de certificados de conclusão. Por se tratar de serviço intelectual e de capacitação, não se aplica a exigência de manutenção ou assistência técnica continuada após a conclusão do curso, limitando-se o suporte técnico ao período de execução contratual.

No que se refere ao ciclo de vida do objeto, a solução apresenta impacto positivo e duradouro, uma vez que o conhecimento adquirido poderá ser aplicado de forma contínua pelos servidores no ambiente escolar, contribuindo para a prevenção de acidentes, a mitigação de riscos e a melhoria da segurança institucional, sem geração de resíduos ou necessidade de descarte de bens materiais ao final da contratação.

Quanto aos aspectos de qualidade, compatibilidade e segurança, a solução observa as boas práticas aplicáveis à área de capacitação em saúde, devendo os conteúdos ministrados estar alinhados às normas técnicas e protocolos reconhecidos nacionalmente, bem como às diretrizes pertinentes à educação básica. Não se identificou, até o momento, a existência de catálogo eletrônico de padronização específico que contemple integralmente o objeto da contratação, razão pela qual a solução foi definida com base nas necessidades administrativas e nas práticas consolidadas de mercado.

No tocante à sustentabilidade, a solução caracteriza-se pelo uso predominantemente de recursos imateriais, com baixo impacto ambiental, priorizando materiais didáticos digitais ou reutilizáveis e a otimização do deslocamento dos instrutores, sempre que possível, contribuindo para a redução do consumo de insumos e da geração de resíduos.

Dessa forma, a solução descrita mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com os princípios da eficiência, da razoabilidade, do planejamento e do interesse público, devendo suas especificações detalhadas e condições de execução serem aprofundadas no Termo de Referência ou Projeto Básico da contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Requisitos Legais e de Habilitação: Os fornecedores interessados deverão comprovar a regularidade jurídico-fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido na legislação vigente, especialmente nos seguintes aspectos:

- I. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme aplicável ao ramo de atividade;
- III. Regularidade fiscal junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- IV. Regularidade junto à Seguridade Social (INSS) e ao FGTS;
 - I. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecís - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

- II. Cumprimento das obrigações relativas ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz); Os documentos comprobatórios poderão ser apresentados por meio físico ou eletrônico, inclusive por plataformas integradas como o SICAF, conforme legislação vigente;
- III. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: Deve-se observar (artigo 7º, XI, da Lei n. 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos). XI - Prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para: **a)** Produtos reciclados e recicláveis; **b)** Bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
- IV. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato;
- V. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Em atenção ao disposto no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, é vedada a indicação de marcas ou modelos específicos, salvo em situações excepcionais e devidamente justificadas tecnicamente, quando:

- **For necessária para garantir a compatibilidade com os bens já existentes,** ou;
- **Quando determinada marca/modelo for a única capaz de atender às necessidades do objeto,** comprovada a inexistência de produtos equivalentes no mercado com as mesmas características de desempenho, durabilidade ou qualidade.

No presente caso, não será realizada indicação prévia de marcas, modelos ou metodologias exclusivas, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, relacionados à capacitação e treinamento de pessoal.

A especificação dos serviços será definida por meio de requisitos técnicos, metodológicos e operacionais, tais como qualificação da equipe, experiência comprovada, metodologia de trabalho, conteúdos programáticos, carga horária, instrumentos de acompanhamento e avaliação, assegurando o atendimento às necessidades da Administração e ao interesse público.

Eventual menção a metodologias, ferramentas ou referenciais poderá ocorrer apenas a título exemplificativo ou como parâmetro de qualidade, sem caráter restritivo, devendo ser admitidas soluções equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Caberá à Administração avaliar a equivalência com base em critérios objetivos e previamente definidos.

4.3. Da exigência de amostra:

Não será exigida a apresentação de amostras, tendo em vista que o objeto da contratação refere-se à prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, os quais não se materializam em bens físicos passíveis de avaliação prévia por





Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

meio de amostra.

A aferição da capacidade técnica e da qualidade da solução proposta será realizada por meio da análise da qualificação técnica da contratada, da comprovação de experiência anterior, da apresentação de plano de trabalho detalhado, bem como do acompanhamento e fiscalização da execução contratual, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

4.4. Garantia da contratação:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos **artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**, considerando que:

- Trata-se de fornecimento de bens comuns e de baixo risco;
- A execução do contrato não será parcelada, levando em consideração de que se trata de formação e treinamento único, eventual, não continuado;
- O valor unitário dos itens é relativamente baixo e sua entrega pode ser fiscalizada diretamente por meio de controle de recebimento e qualidade;
- A exigência de garantia poderia inviabilizar a ampla competitividade, especialmente para microempresas e empresas de pequeno porte, contrariando os princípios do tratamento favorecido previstos na **LC n.º 123/2006**.

Ressalta-se que a ausência de exigência de garantia não exime a contratada de suas responsabilidades. O contratado ficará obrigado a corrigir, refazer ou complementar, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contratuais, no prazo estipulado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Dessa forma, a proteção do interesse público será assegurada por meio de fiscalização efetiva da execução contratual, aplicação de penalidades previstas no contrato e observância rigorosa das obrigações assumidas, preservando a segurança jurídica, a economicidade e a eficiência da contratação.

O contrato a ser celebrado estabelecerá, de forma detalhada, as regras e responsabilidades aplicáveis à execução dos serviços e às consequências do eventual descumprimento das obrigações pactuadas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Condições de Entrega).

A execução do objeto ocorrerá de forma pontual, por meio da realização de curso presencial de capacitação em Primeiros Socorros, com carga horária total de 10 (dez) horas, conforme plano de trabalho e cronograma previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Educação – SEMEC.

- I. Os serviços serão executados por meio da realização de capacitação presencial em Primeiros Socorros, com abordagem teórica e prática, ministrada por profissionais qualificados da área da saúde, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas), não se caracterizando como serviço continuado nem envolvendo atividades de consultoria ou assessoramento permanente.
- II. As atividades serão realizadas nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e/ou em locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, conforme a organização administrativa e a disponibilidade de espaços adequados para a realização das atividades teóricas e práticas.





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

5.1. Consideram-se como entregas do objeto:

- I. Execução da formação e treinamento conforme plano aprovado;
- II. Disponibilização de materiais pedagógicos e conteúdos de apoio, preferencialmente em formato digital;
- III. Apresentação de relatórios técnicos, contendo descrição das atividades realizadas, registro de participação, avaliação qualitativa e recomendações pedagógicas.

A execução do objeto observará os prazos estabelecidos no contrato e no cronograma aprovado, compatíveis com o calendário escolar. O descumprimento injustificado dos prazos sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação e no instrumento contratual.

5.2. Compete à contratada:

- I. Executar os serviços com observância às normas legais, técnicas e pedagógicas aplicáveis;
- II. Disponibilizar equipe técnica qualificada e compatível com o objeto contratado;
- III. Cumprir as orientações e determinações da fiscalização do contrato;
- IV. Manter comunicação permanente com a SEMEC para alinhamento da execução.

5.3. A contratada será integralmente responsável pela qualidade técnica, pedagógica e operacional dos serviços prestados, devendo corrigir, refazer ou complementar, às suas despesas, quaisquer atividades executadas em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou do contrato, no prazo estabelecido pela Administração. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade administrativa, civil ou técnica da contratada pela perfeita execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput).





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

7. FISCALIZAÇÃO.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão de recebimento, por fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput**).

7.1. Fiscalização Técnica (conforme o decreto 370/2023, 11 de dezembro de 2023):

Art. 17. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

- I. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- II. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- IV. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- V. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas;
- VI. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- VII. Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.2. Fiscalização Administrativa (conforme o decreto 370/2023, 11 de dezembro de 2023):

Art. 18. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

- I. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;
- II. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- III. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar o estabelecido em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

Governo Digital do Ministério da Economia;

- IV. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.3. Gestor do Contrato (conforme o decreto 370/2023, 11 de dezembro de 2023):

Art. 16. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, a coordenação e execução dos atos preparatórios, em especial:

- I. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, de que dispõe os incisos II e III do art. 14.
- II. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato e de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;
- IV. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;
- V. Coordenar e/ou executar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de licitação, e de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 14;
- VI. Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações;
- VII. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- VIII. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Recebimento).

8.1. Critérios já pré-estabelecidos pela Administração:

- I. O prazo para recebimento definitivo/comissão de recebimento, poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

- II. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- III. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- IV. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- V. A fiscalização exercida pelo contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita entrega do objeto deste.

8.2. Na nota fiscal fica o fornecedor obrigado a informar o enquadramento legal de tributação no respectivo documento fiscal, afim de cumprir o disposto no DECRETO 277/2023 DE 03 DE OUTUBRO DE 2023, bem como demais legislação pertinente a tributação, conforme a LEI 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 e, também, na INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Nº 1.234, DE 2012;

9. LIQUIDAÇÃO.

9.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. Prazo de validade;
- II. Data da emissão;
- III. Dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. Período respectivo de execução do contrato;
- V. Valor a pagar; e
- VI. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

9.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10. PRAZO DE PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez)** dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária, ou conforme preconiza a LEI Nº 14.905, DE 28 DE JUNHO DE 2024.

11. FORMA DE PAGAMENTO.

11.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação





Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

aplicável.

11.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.5. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total).

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

A contratação será realizada por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação enquadrar-se no limite legal estabelecido para serviços.

A escolha do fornecedor observará os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade e interesse público, mediante pesquisa de preços, análise da capacidade técnica, da regularidade jurídica e fiscal e da compatibilidade da proposta com o objeto contratado.

A contratação atenderá à necessidade específica de capacitação dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, conforme exigência da Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas), tratando-se de serviço de natureza pontual, não continuada e com execução previamente definida.

12.1. A escolha do fornecedor observará os seguintes critérios:

- I. Comprovação de notória especialização, por meio de portfólio, atestados de capacidade técnica, experiência comprovada em serviços similares e qualificação da equipe técnica;
- II. Adequação técnica da proposta, demonstrada pela apresentação de plano de trabalho compatível com o objeto, contendo metodologia, cronograma, conteúdos programáticos e resultados esperados;
- III. Compatibilidade do valor proposto com os preços praticados no mercado para serviços de natureza semelhante, considerando a razoabilidade e o interesse público;
- IV. Regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.

A forma e os critérios de seleção do fornecedor, bem como a forma de fornecimento do objeto, atendem aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, planejamento e interesse público, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

O valor estimado para a presente aquisição é de **R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)**, obtido a partir das médias dos valores pesquisados desconsiderando





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com.

os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

14. ADEQUAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

A despesa decorrente da presente contratação ocorrerá por conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis - RO, conforme o seguinte:

02.003 – Secretaria Municipal de Educação.
2014 – Gestão de Apoio Administrativo – 5% e 25%.
3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Ficha: 342.
Desdobramento: 1.500.0025.1001.

ELABORADO POR:
Patricia Paula de Almeida Meira
Matrícula n.º 2463/2

APROVADO:
De acordo com as motivações presentes nos Estudos Técnicos Preliminares e nos demais documentos deste processo, aprovo este Termo de Referência.

Claudinéia Blásius Frata
Ordenadora de Despesas SEMEC





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **CLAUDINEIA BLASIU FRATA**, CPF: 612.65*. **2-*4 em **30/01/2026 12:09:56**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12A0.0409.456A.7233.5024**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **PATRICIA PAULA DE ALMEIDA MEIRA**, CPF: 015.20*. **2-*9 em **30/01/2026 12:09:20**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1282.0K09.4204.U578.0361**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.FDA.4C8** - Tipo de Documento: **ERRATA**.

Elaborado por **PATRICIA PAULA DE ALMEIDA MEIRA**, CPF: 015.20*. **2-*9, em **30/01/2026 - 12:09:20**

Código de Autenticidade deste Documento: 12W0.5809.0203.V482.7760

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecís - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar – ETP

INTRODUÇÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar e caracterizar a necessidade administrativa que fundamenta a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação presencial em Primeiros Socorros, destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, contemplando treinamento teórico e prático, com emissão de certificados, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas) e demais normas aplicáveis, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

Este documento busca demonstrar o contexto que motiva a demanda, avaliar as alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade identificada, bem como subsidiar a tomada de decisão quanto à viabilidade técnica e administrativa da contratação, observando as diretrizes da legislação vigente aplicável às contratações públicas.

A demanda decorre da necessidade de atender ao disposto na Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas), que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e demais profissionais que atuam em estabelecimentos de ensino da educação básica. O ETP, portanto, constitui etapa essencial do planejamento da contratação, assegurando que a solução a ser adotada seja adequada, eficiente e alinhada ao interesse público.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – inc. I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

A Secretaria Municipal de Educação possui a necessidade de promover a capacitação presencial em Primeiros Socorros dos servidores que atuam nas unidades educacionais, em razão da obrigatoriedade legal instituída pela Lei Federal n.º 13.722/2018 – Lei Lucas, a qual determina que professores e demais profissionais da educação básica sejam capacitados para prestar os primeiros atendimentos em situações de urgência e emergência no ambiente escolar.

Os servidores da rede municipal de ensino exercem atividades diretamente relacionadas ao cuidado, acompanhamento e supervisão de crianças e adolescentes, estando sujeitos à ocorrência de acidentes como engasgamentos, quedas, convulsões, paradas cardiorrespiratórias e outras intercorrências que exigem resposta imediata. A ausência de capacitação específica e atualizada pode comprometer a segurança dos alunos, ampliar riscos à vida e à integridade física, além de expor a Administração Pública a responsabilidades legais e institucionais.

A Administração não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais habilitados para ministrar treinamento técnico especializado em primeiros socorros, com metodologia adequada, conteúdo compatível com as normas vigentes e emissão de certificação válida, o que inviabiliza a execução direta do objeto. Dessa forma, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada, apta a realizar a capacitação presencial, com carga horária total de 10 (dez) horas, assegurando a efetividade do aprendizado, a padronização dos procedimentos de emergência e o cumprimento da legislação aplicável.

A contratação pretendida atende ao interesse público, contribui para a prevenção de danos, fortalece a segurança no ambiente escolar e está alinhada às diretrizes da gestão de riscos, da eficiência administrativa e da proteção integral à criança e ao adolescente.





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecís - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar – ETP

2. JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

A presente contratação não consta no Plano Anual de Contratações por se tratar de demanda identificada após a consolidação do PAC, decorrente da necessidade de adequação da Secretaria Municipal de Educação às exigências da Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas).

A contratação é essencial e inadiável, tendo em vista a obrigatoriedade legal de capacitação dos servidores que atuam no ambiente escolar, com vistas à preservação da vida, à mitigação de riscos e à segurança da comunidade escolar, não sendo possível sua postergação para exercício futuro.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

3.1 Requisitos de habilitação fiscal, trabalhista e jurídica:

- I.** A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II.** A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III.** A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV.** A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V.** A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

3.2 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: **XXXIII** - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

3.3 Os documentos referidos nos itens imediatamente anteriores poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

3.4 Além dos requisitos de habilitação fiscal, trabalhista e jurídica já pré-estabelecidos pela Administração, a contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos e operacionais da solução:

- I.** A empresa contratada deverá comprovar atuação compatível com o objeto da contratação, possuindo experiência na realização de cursos, capacitações ou treinamentos na área de Primeiros Socorros, urgência e emergência ou áreas correlatas;
- II.** A capacitação deverá ser realizada na modalidade presencial, com carga horária compatível com as exigências da Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas),





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecís - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar – ETP

contemplando conteúdos teóricos e práticos adequados à realidade do ambiente escolar;

- III. Os instrutores responsáveis pela execução do curso deverão possuir formação compatível com a área da saúde e qualificação técnica comprovada para a ministração de treinamentos em Primeiros Socorros;
- IV. A metodologia adotada deverá assegurar a adequada assimilação dos conteúdos, incluindo atividades práticas, simulações e abordagem preventiva, observando protocolos reconhecidos e boas práticas aplicáveis à área;
- V. A contratada deverá disponibilizar os recursos necessários à execução da capacitação, tais como materiais didáticos, equipamentos de apoio e demais insumos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades propostas;
- VI. Deverá ser garantida a emissão de certificados de conclusão ao final da capacitação, contendo identificação da instituição promotora, carga horária, conteúdo programático e dados do responsável técnico;
- VII. A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com o cronograma previamente acordado com a Administração, observadas as condições de segurança, organização e acessibilidade dos locais de realização;
- VIII. A contratada deverá manter responsável técnico durante toda a execução contratual, garantindo o suporte necessário e o adequado cumprimento das obrigações assumidas.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES – ART. 40 DA LEI N.º 14.133/2021

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida decorrem das necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação, consolidadas a partir do Documento de Formalização de Demanda (DFD) encaminhado, bem como do diagnóstico pedagógico da Rede Municipal de Ensino. As estimativas consideram o número de profissionais atendidos, a abrangência das ações formativas e a carga horária necessária para o adequado cumprimento do objeto.

Dessa forma, a estimativa global da contratação corresponde à execução de **10 (dez) horas de curso**, quantitativo considerado suficiente e adequado para atender às necessidades identificadas da Rede Municipal de Ensino, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência administrativa.

| Item | Especificações | Unid. | Valor Unitário | Qt. | Valor Total |
|------|---|-------|----------------|-----|---------------|
| 1. | Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação presencial em Primeiros Socorros, destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, contemplando treinamento teórico e prático, com emissão de certificados, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 | Horas | R\$ 50.400,00 | 10 | R\$ 50.400,00 |





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecís - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar – ETP

| | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|
| | (Lei Lucas) e demais normas aplicáveis. | | | | |
|--|---|--|--|--|--|

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO - INCISO V DO § 1º DO ART. 18 DA LEI Nº 14.133/2021- (ART. 44 LEI Nº 14.133/2021)

Em atendimento ao inciso V do § 1º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021 e ao art. 7º, inciso III, da Instrução Normativa n.º 40/2020, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar e analisar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade de capacitação presencial em Primeiros Socorros, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas).

A prospecção consistiu na análise de soluções ofertadas por empresas especializadas na área da saúde e capacitação profissional, bem como na consulta a propostas comerciais apresentadas ao Poder Público, considerando metodologias, formatos de execução, carga horária, qualificação técnica dos instrutores, certificação e custos envolvidos.

Solução 1 – Capacitação Presencial Especializada em Primeiros Socorros (Lei Lucas)

Consiste na contratação de empresa especializada para a realização de curso presencial de Primeiros Socorros, com carga horária compatível com as exigências legais, conteúdos adaptados à realidade do ambiente escolar, aulas teóricas e práticas, instrutores qualificados e emissão de certificados de conclusão.

Essa solução apresenta metodologia direcionada à educação básica, com abordagem prática voltada à prevenção de riscos e ao atendimento inicial em situações de emergência no ambiente escolar.

Preço estimado: Conforme pesquisa de mercado e cotação apresentada por empresa especializada, o valor global estimado para a execução da capacitação é de R\$ 50.400,00, considerando o formato presencial e a estrutura necessária para a adequada prestação do serviço.

Solução 2 – Capacitação em Primeiros Socorros na Modalidade a Distância (EAD)

Consiste na contratação de curso de Primeiros Socorros ofertado na modalidade de ensino a distância, com acesso a conteúdos digitais, videoaulas e material didático online, sem atividades práticas presenciais. Embora apresente menor custo inicial, essa solução limita a realização de simulações práticas e a interação direta com instrutores, aspectos essenciais para a fixação do conteúdo e para o atendimento às especificidades do ambiente escolar.

Preço estimado: A partir de valores médios praticados no mercado para cursos EAD, estima-se custo inferior à solução presencial, contudo com menor abrangência prática e pedagógica.

Comparação entre as Soluções

Após análise comparativa, verifica-se que a Solução 1 apresenta a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública, considerando todo o ciclo de vida do objeto. Apesar de demandar investimento financeiro superior à modalidade EAD, a capacitação





Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com

Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Estudo Técnico Preliminar – ETP

presencial assegura maior efetividade do aprendizado, atendimento integral às exigências da Lei n.º 13.722/2018, aplicação prática dos conhecimentos e maior segurança no ambiente escolar.

A Solução 2, embora mais econômica em termos imediatos, não atende de forma plena às necessidades da Administração, especialmente no que se refere à capacitação prática e contextualizada, podendo comprometer a eficácia do treinamento e os resultados esperados.

Dessa forma, sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência, conclui-se que a contratação de empresa especializada para capacitação presencial em Primeiros Socorros constitui a solução mais vantajosa para a Administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR - INCISO VI DO § 1º DO ART.18 DA LEI 14.133/2021 - ART. 7º, INCISO VI DA IN 40/2020.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021 e com o art. 7º, inciso VI, da Instrução Normativa n.º 40/2020, tendo por finalidade subsidiar a análise de viabilidade da contratação e a escolha da solução mais adequada à Administração.

A estimativa preliminar de preços foi realizada com base em pesquisa de mercado, observados os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa n.º 65/2021, utilizando-se como referência cotação obtida junto a empresa especializada na prestação de serviços de capacitação presencial em Primeiros Socorros, em atendimento à Lei Federal n.º 13.722/2018 – Lei Lucas.

Os valores considerados contemplam os preços unitários referenciais do serviço, bem como as memórias de cálculo necessárias à formação do valor global estimado, abrangendo a execução da capacitação presencial, a carga horária exigida, a disponibilização de instrutores qualificados, a metodologia teórico-prática e a emissão de certificados de conclusão. Os documentos que dão suporte à estimativa encontram-se devidamente formalizados, podendo constar em anexo classificado, caso a Administração opte por preservar o sigilo até a conclusão do procedimento de contratação.

Dessa forma, o valor global estimado para a contratação é de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), o qual se mostra compatível com os preços praticados no mercado para serviços de natureza similar, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e planejamento.

Ressalta-se que a presente estimativa possui caráter preliminar e destina-se exclusivamente à fase de planejamento, sendo que o orçamento estimativo final integrará o Termo de Referência ou o Projeto Básico da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

Após a realização do levantamento de mercado e da análise comparativa entre as alternativas disponíveis, concluiu-se que a solução mais vantajosa para a Administração consiste na contratação de empresa especializada para a realização de capacitação presencial em Primeiros Socorros, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 – Lei Lucas, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

A solução compreende a execução de curso presencial, com carga horária compatível com as exigências legais, estruturado em conteúdos teóricos e práticos, voltados à prevenção de riscos e ao atendimento inicial em situações de emergência no ambiente escolar. A capacitação deverá ser ministrada por instrutores devidamente qualificados,





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecís - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar – ETP

com experiência na área da saúde e em treinamentos voltados à educação básica, assegurando a correta transmissão dos conhecimentos e a efetividade do aprendizado.

A prestação do serviço abrange todas as etapas necessárias ao seu adequado funcionamento, incluindo planejamento pedagógico, disponibilização de instrutores, materiais didáticos e recursos necessários à realização das atividades práticas, bem como a emissão de certificados de conclusão. Por se tratar de serviço intelectual e de capacitação, não se aplica a exigência de manutenção ou assistência técnica continuada após a conclusão do curso, limitando-se o suporte técnico ao período de execução contratual.

No que se refere ao ciclo de vida do objeto, a solução apresenta impacto positivo e duradouro, uma vez que o conhecimento adquirido poderá ser aplicado de forma contínua pelos servidores no ambiente escolar, contribuindo para a prevenção de acidentes, a mitigação de riscos e a melhoria da segurança institucional, sem geração de resíduos ou necessidade de descarte de bens materiais ao final da contratação.

Quanto aos aspectos de qualidade, compatibilidade e segurança, a solução observa as boas práticas aplicáveis à área de capacitação em saúde, devendo os conteúdos ministrados estar alinhados às normas técnicas e protocolos reconhecidos nacionalmente, bem como às diretrizes pertinentes à educação básica. Não se identificou, até o momento, a existência de catálogo eletrônico de padronização específico que contemple integralmente o objeto da contratação, razão pela qual a solução foi definida com base nas necessidades administrativas e nas práticas consolidadas de mercado.

No tocante à sustentabilidade, a solução caracteriza-se pelo uso predominantemente de recursos imateriais, com baixo impacto ambiental, priorizando materiais didáticos digitais ou reutilizáveis e a otimização do deslocamento dos instrutores, sempre que possível, contribuindo para a redução do consumo de insumos e da geração de resíduos.

Dessa forma, a solução descrita mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com os princípios da eficiência, da razoabilidade, do planejamento e do interesse público, devendo suas especificações detalhadas e condições de execução serem aprofundadas no Termo de Referência ou Projeto Básico da contratação.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.

Nos termos do inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 7º, inciso VII, da Instrução Normativa n.º 40/2020, procede-se à análise quanto à possibilidade de parcelamento da solução a ser contratada.

O objeto consiste na contratação de empresa especializada para a realização de capacitação presencial em Primeiros Socorros, a qual se caracteriza como serviço único, integrado e de natureza intelectual, cuja execução demanda unidade pedagógica, metodológica e operacional. As atividades envolvidas — planejamento, ministração do conteúdo, realização de atividades práticas e certificação — apresentam interdependência técnica, não sendo recomendável sua fragmentação sem prejuízo à qualidade e à efetividade do serviço.

Embora o serviço possa ser executado de forma escalonada no tempo, conforme a organização administrativa, tal circunstância não descaracteriza a indivisibilidade do objeto sob o aspecto técnico e funcional, uma vez que a contratação de múltiplos fornecedores para partes distintas da capacitação poderia gerar inconsistências metodológicas, dificuldades de coordenação e elevação de custos administrativos, comprometendo a eficiência da contratação.

Do ponto de vista da comercialização no mercado, verifica-se que serviços dessa natureza são usualmente ofertados de forma global por empresas especializadas,





Estudo Técnico Preliminar – ETP

contemplando todas as etapas necessárias à execução da capacitação em um único contrato, o que favorece a padronização do conteúdo, a uniformidade dos procedimentos e a responsabilidade integral da contratada pelos resultados.

Diante disso, conclui-se que não é tecnicamente recomendável o parcelamento do objeto, devendo a contratação ocorrer de forma global, por se tratar de solução indivisível sob os aspectos técnico, pedagógico e operacional, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, padronização e interesse público.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.

A contratação da solução proposta visa alcançar resultados positivos para a Administração Pública, tanto sob a ótica da economicidade quanto do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em consonância com o disposto no inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Em termos de efetividade, espera-se que a capacitação presencial em Primeiros Socorros contribua para a melhoria da capacidade de resposta dos servidores da educação diante de situações de emergência no ambiente escolar, reduzindo riscos, prevenindo agravamentos de ocorrências e promovendo maior segurança à comunidade escolar. O domínio de procedimentos básicos de primeiros socorros tende a gerar impactos duradouros, com aplicação contínua do conhecimento adquirido ao longo do tempo.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos, o treinamento permitirá o desenvolvimento de competências técnicas essenciais, valorizando os servidores e fortalecendo a atuação institucional, sem a necessidade de contratações adicionais ou de aquisição de estruturas permanentes, o que representa uso racional da força de trabalho existente.

Sob o aspecto da economicidade, a solução escolhida possibilita a concentração dos custos em uma contratação pontual, com resultados de médio e longo prazo, evitando gastos recorrentes decorrentes de falhas no atendimento inicial a emergências, bem como eventuais custos adicionais relacionados a deslocamentos, indenizações ou interrupções de atividades escolares.

No que se refere ao desenvolvimento nacional sustentável, a contratação privilegia solução de baixo impacto ambiental, baseada majoritariamente na prestação de serviço intelectual, com utilização reduzida de insumos materiais e priorização de materiais didáticos digitais ou reutilizáveis. Ademais, contribui para a promoção de ambientes escolares mais seguros e resilientes, alinhando-se às políticas públicas de prevenção, saúde e educação.

Os resultados pretendidos descritos neste ETP servirão de base para a definição de indicadores de desempenho e critérios de avaliação da execução contratual, a serem detalhados no Termo de Referência ou no instrumento de medição de resultados, quando aplicável, assegurando o acompanhamento da efetividade da contratação e o alcance dos objetivos institucionais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO.

Para assegurar a adequada execução da futura contratação, a Administração deverá adotar, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências, em consonância com o inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 7º, inciso XI, da Instrução Normativa nº 40/2020.

Inicialmente, deverá ser realizada a designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, observando-se as atribuições previstas na legislação vigente, bem como, se necessário, a capacitação desses agentes quanto aos procedimentos





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecís - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar – ETP

de acompanhamento da execução contratual, registro de ocorrências e avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Deverá também ser promovida a organização administrativa e logística para a execução da capacitação, incluindo a definição prévia dos locais onde ocorrerão as atividades presenciais, a verificação da disponibilidade de espaços adequados e compatíveis com a realização de aulas teóricas e práticas, bem como a articulação interna entre os setores envolvidos para garantir o adequado suporte à execução do serviço.

Caso necessário, poderão ser realizados ajustes pontuais no ambiente organizacional, tais como adequação de salas, disponibilização de equipamentos básicos de apoio e alinhamento de agendas institucionais, sem que isso implique intervenções estruturais de engenharia ou investimentos permanentes.

Por fim, deverão ser concluídos os atos administrativos indispensáveis à formalização da contratação, incluindo a verificação da adequação orçamentária, a elaboração e aprovação do Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como a definição das condições de execução e fiscalização do contrato, de modo a garantir o cumprimento dos objetivos pretendidos e a regularidade da contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Em atendimento ao inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 7º, inciso VIII, da Instrução Normativa nº 40/2020, foi realizada análise das contratações correlatas ou interdependentes no âmbito da Administração, com o objetivo de identificar eventuais interferências ou a necessidade de cuidados adicionais no planejamento da futura contratação.

Após avaliação das contratações em andamento ou previstas relacionadas à capacitação de servidores e à área de saúde e segurança no ambiente escolar, não se identificaram, até o momento, contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar diretamente a execução da solução proposta.

Ressalta-se que a contratação pretendida possui objeto específico e autônomo, não dependendo da execução de outros contratos para sua viabilização, tampouco gerando sobreposição com capacitações similares em curso. Eventuais ações de formação continuada desenvolvidas pela Administração não interferem na execução da capacitação em Primeiros Socorros, por se tratarem de objetos distintos quanto à finalidade e ao conteúdo.

Dessa forma, conclui-se que a futura contratação poderá ser realizada de forma independente, sem prejuízo à sua execução, permanecendo a Administração atenta à necessidade de alinhamento institucional, caso surjam novas contratações relacionadas ao tema durante a vigência do planejamento.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS – INCISO XII DO § 1º ART. 18 DA LEI Nº 14.133/2021.

A contratação pretendida, referente à capacitação presencial em Primeiros Socorros, caracteriza-se como prestação de serviço predominantemente intelectual, não envolvendo aquisição de bens permanentes ou consumo significativo de recursos naturais, o que resulta em baixo impacto ambiental.

Os possíveis impactos ambientais associados à execução do objeto estão relacionados, principalmente, ao consumo de energia elétrica nos locais de realização das atividades presenciais, à utilização eventual de materiais didáticos impressos e ao deslocamento dos instrutores até os locais de execução do serviço.





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecis - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar – ETP

Como medidas mitigadoras, a Administração deverá priorizar, sempre que possível, o uso de materiais didáticos digitais ou reutilizáveis, a otimização dos espaços já existentes na estrutura administrativa, bem como o uso racional de energia elétrica durante a realização das atividades. Recomenda-se, ainda, a organização das agendas de forma a minimizar deslocamentos desnecessários, contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Não se aplica ao objeto a exigência de logística reversa, uma vez que não há fornecimento de bens, geração de resíduos relevantes ou descarte de materiais ao final da execução contratual. Eventuais resíduos gerados de forma acessória deverão ser destinados conforme as normas ambientais vigentes e as diretrizes internas da Administração.

As medidas propostas encontram-se alinhadas aos princípios da sustentabilidade e, quando existente, ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Administração, reforçando o compromisso institucional com práticas ambientalmente responsáveis, sem prejuízo à eficiência e à qualidade da contratação.

13. ÁREA REQUISITANTE.

A requisição dos serviços que compõem o objeto desta contratação partiu da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e supervisão das ações pedagógicas e formativas da Rede Municipal de Ensino, bem como pela condução e execução das políticas públicas educacionais no âmbito do Município.

14. INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO.

Referência: Secretaria Municipal de Educação.

Unidade: SEMEC

UASG: 02.003

1. Por meio do memorando e DFD – documento de formalização de Demanda, a Secretaria Municipal de Educação do município de Alto Alegre dos Parecis-RO, atesta a necessidade de contratação para atender à demanda do setor pedagógico, fundamentando-se no art. 72, da lei 14.133/2021:

- a) Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação presencial em Primeiros Socorros, destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, contemplando treinamento teórico e prático, com emissão de certificados, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 (Lei Lucas) e demais normas aplicáveis.

2. No intuito de que seja apresentado, DFD-documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, projeto básico, se for o caso, e realizada a análise de riscos, se for o caso, CONVOCO os seguintes membros para compor Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), que serão coordenados pelo primeiro:

- I. **Micheli Kalk de Souza** – Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.





Estado de Rondônia
Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecís
Secretaria Municipal de Educação – SEMEC

Av. Presidente Prudente, nº 3825 – Centro de Alto Alegre dos Parecís - CEP: 76.952-000 - CNPJ: 84.744.994/0001-40
Gmail: admeducacaoaltoalegre@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar – ETP

II. **Leiliane Capacio Montovani** – Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

III. **Patricia Paula de Almeida Meira** – Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação.

3. Encaminhem-se os autos ao coordenador da EPC, para providências, comunicando-se os integrantes e ao Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Claudinéia Blásius Frata

Secretária Municipal de Educação

Matrícula Nº 2719

Portaria Nº 126 de 06 de fevereiro de 2025

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a realização de capacitação presencial em Primeiros Socorros, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.722/2018 – Lei Lucas, mostra-se viável, razoável e adequada para o atendimento da necessidade identificada pela Administração. Sob o aspecto técnico, a solução selecionada atende integralmente às exigências legais e operacionais, sendo compatível com a natureza do serviço, com a metodologia requerida e com a realidade do ambiente escolar, assegurando a efetividade da capacitação e a qualidade dos resultados pretendidos.

No âmbito operacional, verificou-se que a Administração dispõe das condições necessárias para a execução da contratação, incluindo infraestrutura básica, organização administrativa e capacidade de gestão e fiscalização do contrato, não havendo dependência de contratações correlatas ou interdependentes que possam comprometer sua execução.

Quanto à viabilidade orçamentária, a estimativa de valor demonstra compatibilidade com os preços praticados no mercado, observando-se os princípios da razoabilidade e da economicidade, além de adequação às previsões orçamentárias, viabilizando a contratação sem prejuízo às demais ações institucionais.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente adequada, operacionalmente exequível e economicamente justificável, estando apta a prosseguir para a fase seguinte do processo de contratação, com a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, nos termos da legislação vigente.

Leiliane Capacio Montovani

Matrícula 2706





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **CLAUDINEIA BLASIU FRATA**, CPF: 612.65*. **2-*4 em **27/01/2026 12:28:31**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12A6.4K28.231U.H042.0510**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **LEILIANE CAPACIO MONTOVANI**, CPF: 006.36*. **2-*6 em **27/01/2026 12:27:49**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12R3.0W27.349W.358K.7365**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.FB0.644** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP**.

Elaborado por **LEILIANE CAPACIO MONTOVANI**, CPF: 006.36*. **2-*6, em **27/01/2026 - 12:27:49**

Código de Autenticidade deste Documento: 12V1.4X27.5499.8689.3852

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS RO

(Processo Administrativo nº)

MINUTA DO CONTRATO Nº _____/PGM/2025,
CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE
ALTO ALEGRE DOS PARECIS E A EMPRESA
_____.

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ do ano de _____, o MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob nº. _____, com sede à Av. Afonso Pena, nº 3370, na cidade de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Sr. _____, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG. _____ SSP/_____, CPF _____, residente e domiciliado na Av. _____, n. _____, com a interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representada pelo Secretário(a) MUNICIPAL, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob nº _____, estabelecida à Rua/Av. _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, portador de cédula de identidade RG _____, inscrito no CPF/MF _____, residente e domiciliado à Rua/AV. _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, doravante denominada

CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução do Processo Administrativo nº ____/20 __, cuja celebração foi _____ pelo _____, na forma prevista da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, submetendo-se a CONTRATANTE e CONTRATADA às cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:



| Item | Und. | Quant. | Especificação | Marca | Valores | |
|------|------|--------|---------------|-------|---------|-------|
| | | | | | Unit. | Total |
| | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de contratação direta/inexigibilidade .

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$. (.)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.4. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)



7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.4. São obrigações do Contratante:

8.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.7. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.8. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.10. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.11. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.12. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.13. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



8.14.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.15. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.17. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.18. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.19. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.20. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.21. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.22. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.35. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.36. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.37. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.38. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.39. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



- 9.40. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.41. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.42. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.43. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.44. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.45. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 9.45.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.46. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 9.47. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 9.48. Haverá exigência de garantia contratual da execução.
- 9.49. A contratação conta com garantia de execução, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.
- 9.50. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:
- 9.51. Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
- 9.52. Acompanhar a execução do contrato principal.
- 9.53. Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- 9.54. Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.
- 9.55. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.
- 9.56. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.
- 9.57. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:
- 9.58. Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.



- 9.59. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.
- 9.60. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.
- 9.61. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 9.62. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 9.63. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 9.64 deste contrato.
- 9.64. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 9.65. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 9.65.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 9.65.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 9.65.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 9.66. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados, observada a legislação que rege a matéria.
- 9.67. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 9.68. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 9.69. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 9.70. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 9.71. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 9.72. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 9.72.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).



9.72.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que

9.72.3. justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

9.73. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.74. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.75. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.76. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

9.77. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)



10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



11. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 11.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.6.3. Indenizações e multas.
- 11.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 12.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista na Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, da Lei n.º 14.133, de 2021,

16. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da XXXX em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme a Lei nº 14.133/21.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **DENAIR PEDRO DA SILVA - PREFEITO**, CPF: 815.92*. **2-*8 em **02/02/2026 14:33:10**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **14H6.5433.110Z.H762.4545**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.FE1.C72** - Tipo de Documento: **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**.

Elaborado por **SHARA FELICIA DE OLIVEIRA MARTINS**, CPF: 017.99*. **2-*7, em **02/02/2026 14:31:51**, contendo 709 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1483.5Z31.4516.9026.6645

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.altoalegre.ro.gov.br/verdocumento>

